

**8.2 PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA EXERCER FUNÇÕES NA DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE/COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS/ÁREA DE ATIVIDADE DE SERVIÇO SOCIAL, NA MADALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO INCERTO:**

Do **DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS** submetendo o procedimento concursal em epígrafe, nos termos da proposta em anexo.

### **Informação:**

**Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para exercer funções na divisão de coesão social e solidariedade / comissão de proteção de crianças e jovens/área de atividade de serviço social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto**

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho de técnico superior, para exercerem funções na comissão de proteção de crianças e jovens, cumpre informar:

O mapa de pessoal do Município de Braga para 2020, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), alterado e aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 28 de fevereiro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de fevereiro de 2020, prevê o recrutamento de dois técnicos superiores para exercerem funções na Divisão de Coesão Social e Solidariedade na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto;

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se à informação do Diretor Municipal, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público, mas também a candidatos sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação dos postos

de trabalho de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para a Divisão de Coesão Social e Solidariedade, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto;

- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a avaliação curricular e a entrevista de avaliação de competências como métodos de seleção, de acordo com o previsto no art.º 36.º conjugado com o n.º 5 do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 35/2014 de 20/06.

Braga, 4 de junho de 2020

O coordenador técnico



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE:

**COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS** pessoa coletiva n.º 600 086 755, com sede na Praça de Londres, n.º 2, piso 2.º, 1049-056 Lisboa, representada pela sua Presidente \_\_\_\_\_, com poderes para o ato, adiante designada por "Primeiro Outorgante"

E

Câmara Municipal de Braga, com sede na Praça do Município, contribuinte fiscal n.º 506 901 173 representada neste ato por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente, adiante designada por "Segunda Outorgante",

### Considerando que:

O sistema de promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem implica o caráter imperioso de uma política integrada de promoção e defesa dos direitos da criança, protegendo-a, sempre e em todos os contextos, de todas as violações dos seus direitos humanos, nomeadamente as que integram formas de violência;

A atuação articulada da corresponsabilidade do Estado central e local, das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (doravante designada abreviadamente Comissão Nacional), face a crianças e jovens em risco e em perigo, representa a resposta mais eficaz à proteção dos direitos da criança e mais sustentável ao longo do tempo;





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto, Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, Lei n.º 23/2017, de 23 de maio e Lei n.º 26/2018, de 05 de julho, define o regime jurídico de promoção e proteção dos direitos e de proteção da criança e do jovem em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, atribuindo à Comissão Nacional o dever de garantir uma intervenção integrada, holística e transversal neste domínio da promoção e defesa dos direitos da criança;

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens constituem a centralidade do sistema, numa perspetiva de estreita cooperação com os demais agentes convocados, nomeadamente as entidades com competência em matéria de infância e juventude e os tribunais, nesse sentido é fundamental que seja assegurada a sua capacidade protetiva;

A monitorização e análise estatística periódica e sistemática ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga (doravante designada abreviadamente CPCJ) e as indicações resultantes do seu acompanhamento pela Comissão Nacional revelaram manifesta falta de meios humanos para a adequada resposta protetiva e tornam premente o suprimento desses meios na CPCJ, nos termos do disposto no artigo 20º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e de harmonia com os critérios definidos pela Comissão Nacional.

**E, considerando ainda que:**

O Protocolo de Cooperação anteriormente celebrado entre a Comissão Nacional e a Câmara Municipal de Braga, no dia 11 de julho de 2016 cujo objeto determinava os termos da afetação de dois elementos técnicos para apoio à atividade da CPCJ de Braga na modalidade restrita, veio a revelar, no âmbito do acompanhamento de proximidade às CPCJ e dos resultados da análise realizada ao impacto da afetação dos referidos elementos de Apoio Técnico e do diálogo permanente com as partes, a existência de situações de discriminação originadas por atribuição de apoios financeiros diferenciados em razão do vínculo contratual do Apoio Técnico, sobretudo naquelas cujos vínculos foram estabelecidos por via de contratos de prestação de serviço em regime de avença.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

Desaconselhando-se a interrupção da medida de reforço de meios humanos iniciada em julho de 2016, tendo em devida consideração a necessidade de promoção de ajustes aos Protocolos de Cooperação em vigor, ancorada fundamentalmente no esforço conjunto de melhoria da estabilidade laboral dos elementos de Apoio Técnico e na salvaguarda, na medida do possível, de vínculos laborais por contratos de trabalho, apresentou esta Comissão Nacional a denúncia dos mesmos com vista à revisão do enunciado e celebração de novos Protocolos de Cooperação.

Por conseguinte,

Livremente, nas respetivas qualidades em que intervêm, as partes acordam celebrar entre si o presente protocolo de cooperação, adiante designado como "**Protocolo**", que sucede ao Protocolo de Cooperação celebrado em 11 de julho de 2016 e que agora se revoga, e se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

### **Cláusula Primeira**

(Objeto)

1. O objeto do presente Protocolo consiste na constituição de uma parceria estabelecida nos termos do disposto do artigo 20.º A da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, na sua atual redação, em que o Segundo Outorgante colabora com a afetação de meios humanos à CPCJ de Braga, através da disponibilização de dois elementos técnicos, adiante designados por "Apoio Técnico", mediante a comparticipação financeira do Primeiro Outorgante.
2. A execução das atividades que integram a colaboração acordada nos termos do número anterior será prestada nas instalações da CPCJ de Braga.

### **Cláusula Segunda**

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se, para com o Segundo Outorgante, a cumprir o presente Protocolo nas condições seguintes:





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

7

- a) Designar um elemento de acompanhamento da execução do presente Protocolo que manterá a ligação com o Segundo Outorgante;
- b) Assegurar a formação inicial e contínua do Apoio Técnico indicado pelo Segundo Outorgante, a qual terá um carácter obrigatório;
- c) Proceder à avaliação semestral da execução do presente Protocolo, cuja informação positiva é condição essencial para a sua manutenção;
- d) Assegurar o apoio financeiro previsto na Cláusula Quinta.

### **Cláusula Terceira**

(Obrigações do Segundo Outorgante)

#### **1. O Segundo Outorgante obriga-se a:**

- a) Designar um elemento de acompanhamento da execução do presente Protocolo que manterá a ligação com o Primeiro Outorgante;
- b) Selecionar os dois técnico(s) de apoio para afetação à CPCJ Braga, titulares de grau de licenciatura e /ou mestrado, tendo em conta o perfil e as qualificações adequadas ao objetivo de garantia da capacidade e qualidade protetivas da comissão restrita;
- c) Disponibilizar o Apoio Técnico nos seguintes termos e condições:
  - i. O Apoio Técnico está vinculado por contrato de trabalho ao Segundo Outorgante, sendo hierarquicamente dependente deste, devendo enquadrar-se no perfil descrito no "Anexo I" deste Protocolo e que dele faz parte integrante;
  - ii. O Apoio Técnico exerce funções a tempo inteiro ao abrigo do presente Protocolo;

#### **2. O Segundo Outorgante deverá ainda:**

- a) Garantir a participação do Técnico de Apoio nas ações de formação desenvolvidas pelo Primeiro Outorgante, as quais são de participação obrigatória;



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município



- b) Entregar ao Primeiro Outorgante cópia do contrato de trabalho celebrado com o Apoio Técnico, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de início de funções nas instalações da CPCJ;
- c) Solicitar anualmente o certificado do registo criminal ao técnico afeto à CPCJ, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 2.º da Lei nº 113/2009, de 17 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 103/2015, de 24 de agosto;
- d) Procurar assegurar a substituição do Técnico de Apoio caso este se encontre temporariamente impedido de prestar serviço, nomeadamente por força de doença prolongada ou licença parental, ou outro que não lhe seja imputável, mediante prévio conhecimento do Primeiro Outorgante quanto ao substituto/a temporário/a e aos termos e condições da respetiva contratação;
- e) Fazer prova da sua situação perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária mediante a entrega de documento oficial emitido pelas entidades competentes para o efeito, nomeadamente, quando solicitado pelo Primeiro Outorgante;
- f) Demonstrar de forma comprovada afetação do apoio financeiro concedido nos termos do presente Protocolo;
- g) Prestar todas as informações e facultar, no âmbito do presente Protocolo, todos os elementos que lhe sejam solicitados, sem prejuízo da confidencialidade exigível.

#### **Cláusula Quarta**

(Duração, renovação e denúncia)

1. O presente Protocolo de Cooperação vigora desde a data da sua assinatura até ao dia 31 de dezembro de 2020.
2. Findo este período, o presente Protocolo poderá ser renovado por períodos de 12 (doze) meses.
3. A renovação do presente Protocolo opera mediante comunicação escrita do Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, com uma antecedência mínima de 60





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

Handwritten signature

(sessenta) dias corridos relativamente ao termo do prazo inicial ou a uma das suas renovações, por carta registada ou qualquer outro meio escrito.

4. O Segundo Outorgante poderá opor-se à renovação do presente Protocolo, através de denúncia, a comunicar ao Primeiro Outorgante com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos **face ao** termo do prazo inicial ou de uma das suas renovações, por carta registada ou qualquer outro meio escrito.

#### **Cláusula Quinta**

(Comparticipação Financeira)

1. No âmbito do presente protocolo o Primeiro Outorgante compromete-se a **apeiar** participar financeiramente o Segundo Outorgante atribuindo-lhe um apoio financeira mensal de 995,51 €, por técnico, valor este que é equiparado ao fixado para a primeira posição remuneratória da categoria de técnico superior a exercer funções públicas.
2. Ao valor base referido no número anterior acresce o valor mensal correspondente ao valor dos respetivos subsídios de férias e de natal, ao subsídio de refeição quando devido e ainda aos respetivos valores correspondentes aos encargos patronais, nos termos legais em vigor.
3. O apoio financeiro concedido nos termos dos números anteriores é efetuado por adiantamento, em duas parcelas semestrais, nos meses de fevereiro e julho de cada ano, salvaguardadas as regras de execução orçamental e verificada a situação de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária, os pagamentos dos montantes mencionados na presente cláusula serão pagos ao Segundo Outorgante por transferência bancária, e não é considerado pagamento de remunerações aos técnicos referidos no número 1, para nenhum efeito legal.

#### **Cláusula Sexta**

(Faltas)

1. O Segundo Outorgante deverá manter um mapa de assiduidade do Apoio Técnico por si contratado, nos termos do previsto pela Lei Geral do Trabalho, em estreita articulação com a CPCJ.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

2. As faltas do Apoio Técnico, consoante a sua natureza, o poderão determinar acertos no valor do apoio financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante no semestre seguinte à sua verificação, conforme as disposições legais em vigor.
3. Para efeitos do previsto no número anterior, o segundo outorgante deverá apresentar semestralmente, ao Primeiro Outorgante, mapa de processamento de vencimentos, subsídio de refeição e encargos patronais do Apoio Técnico afeto ao abrigo do presente Protocolo.

#### **Cláusula Sétima**

(Incumprimento)

1. O incumprimento do Protocolo por facto imputável ao Segundo Outorgante, que implique a não regular afetação das verbas pagas pelo Primeiro Outorgante nos termos previstos no presente Protocolo, determina a restituição do apoio financeiro indevidamente recebido pelo Segundo Outorgante.
2. No âmbito das verificações previstas na Cláusula Sexta e, sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de serem detetadas irregularidades no Processo Administrativo e Financeiro, o Segundo Outorgante será interpelado para cumprir todos os requisitos que se encontrem em falta, podendo o Primeiro Outorgante, após audição daquele, fundamentadamente determinar a suspensão dos apoios financeiros concedidos ou exigir a restituição dos mesmos.
3. O incumprimento por qualquer das partes das obrigações por si assumidas no presente Protocolo de Cooperação constitui-a na obrigação de indemnizar a outra parte por todos os danos sofridos, nos termos gerais de direito, e confere à parte não culposa o direito a resolver o Protocolo nos termos previstos na Cláusula Oitava.
4. O Primeiro Outorgante não é responsável, nem solidária ou subsidiariamente, pelo eventual incumprimento de qualquer direito ou obrigação legal do Segundo Outorgante decorrentes do contrato de trabalho celebrado entre este e o Técnico de Apoio.





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

### **Cláusula Oitava**

(Resolução do Protocolo)

1. O incumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo é condição suficiente para a resolução do mesmo, designadamente nas seguintes situações:
  - a) Não observância reiterada pelos Técnicos de Apoio dos deveres e atribuições presentes no Perfil e Funções dos Técnicos Afetos à Comissão Restrita no âmbito do artigo 20º A da LPCJP, anexo ao presente protocolo;
  - b) A não apresentação ou disponibilização para consulta, conforme o caso, dos documentos solicitados pelo Primeiro Outorgante nos termos previstos na Cláusula Sétima;
  - c) A não apresentação ou disponibilização para consulta, conforme o caso, dos documentos solicitados pelo Primeiro Outorgante nos termos previstos na Cláusula Sétima;
  - d) A não afetação do apoio financeiro concedido nos termos previstos no presente Protocolo, nomeadamente a falta de pagamento ou pagamento injustificado de valor inferior ao previsto no número 1 da Cláusula Quinta ao Apoio Técnico salvo se o Segundo Outorgante retificar este pagamento no prazo de 10 (dez) dias seguidos, logo que notificado para o efeito, pelo Primeiro Outorgante.
2. A não substituição do Apoio Técnico cujo contrato de trabalho cesse, por qualquer motivo, no prazo de 30 dias a contar data da cessação de vigência do referido contrato é condição de suspensão da comparticipação financeira prevista na Cláusula Quinta.
3. A decisão de resolução do presente Protocolo nos termos previstos nos números anteriores apenas poderá ter lugar após o Primeiro Outorgante notificar o Segundo Outorgante para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias sobre a correspondente situação de incumprimento.
4. O incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante nos termos previstos no Protocolo legitima a suspensão das obrigações assumidas pelo Primeiro Outorgante, nomeadamente da comparticipação financeira do Segundo Outorgante.





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

5. A resolução do presente Protocolo nos termos previstos nas cláusulas anteriores poderá dar lugar à restituição das verbas indevidamente recebidas pelo Segundo Outorgante.
6. As comunicações com vista à resolução do Protocolo nos termos previstos na presente cláusula deverão ser efetuadas por carta registada com aviso de receção para as moradas das partes indicadas na Cláusula Décima Primeira.

#### **Cláusula Nona**

(Comissão de Acompanhamento)

1. É criada uma Comissão de Acompanhamento do presente Protocolo, constituída por um representante do Primeiro Outorgante, um representante do Segundo Outorgante e um representante da CPCJ de Braga.
2. À Comissão de Acompanhamento compete:
  - a) Dirimir as questões decorrentes da execução do presente Protocolo, procurando garantir sempre a regularidade e a eficácia da colaboração objeto do mesmo.
  - b) Avaliar internamente a execução do Protocolo.

#### **Cláusula Décima**

(Confidencialidade)

As partes obrigam-se a tratar e a manter como absolutamente confidenciais todas e quaisquer informações que não sejam de conhecimento público e a que tenham acesso ao abrigo do presente Protocolo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para efeitos do mesmo, abstendo-se, independentemente dos fins, de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

### **Cláusula Décima Primeira**

(Comunicações)

Sem prejuízo do disposto no número 4 da Cláusula Quarta e no número 6 da Cláusula Oitava do Protocolo, as informações e comunicações entre as partes podem ser efetuadas por carta registada, por correio eletrónico ou por fax, e consideram-se realizadas, respetivamente, na data da sua receção, pelo destinatário, caso a mesma tenha lugar até às 18 horas, ou, em caso contrário, no primeiro dia útil seguinte ao seu envio, para os seguintes endereços:

- **Primeiro Outorgante:**

Morada:

Telefone:

E-mail: [cnpdpcj.presidencia@cnpdpcj.pt](mailto:cnpdpcj.presidencia@cnpdpcj.pt)

- **Segundo Outorgante:**

- Morada: Praça do Município, 4700-435 Braga

- Telefone: 253203150

- E-mail: [municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)

### **Cláusula Décima Segunda**

(Foro)

Para quaisquer questões emergentes da interpretação e execução do presente Protocolo, será competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula Décima Terceira**

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produz efeitos à data de 01 de janeiro de 2020.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



As partes declaram ter plena consciência do significado de todas e cada uma das cláusulas do presente Protocolo.

Este Protocolo é feito em duas vias, ficando um exemplar na posse do Primeiro Outorgante e outro na posse do Segundo Outorgante.

Lisboa, 6 de dezembro de 2019

**O Primeiro Outorgante**

\_\_\_\_\_

**O Segundo Outorgante**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Rio)

**Homologo**

\_\_\_\_\_  
(Ana Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município



## **Anexo I**

### **PERFIL E FUNÇÕES DOS TÉCNICOS AFETOS À COMISSÃO RESTRITA NO ÂMBITO DO ARTIGO 20.º -A DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente Estatuto regula o exercício das funções dos técnicos disponibilizados no âmbito do artigo 20.º- A da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015 de 9 de setembro, nomeadamente no que concerne às suas relações hierárquicas e funcionais.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Estatuto do apoio técnico à CPCJ**

1. O apoio técnico à CPCJ é exercido, preferencialmente, por pessoal licenciado que faz parte do mapa de pessoal da sua entidade empregadora, em regra uma IPSS ou um Município, a quem está vinculado por contrato individual de trabalho ou contrato de trabalho em funções públicas, respectivamente.
2. O apoio técnico não é membro da CPCJ, o que implica que:
  - a) Não tem poder de decisão, ainda que se deva ter em conta a informação e conhecimentos que recolhem, no sentido de fundamentar as decisões a tomar pela comissão restrita;
  - b) Não se deve disponibilizar para ser cooptado, dada a incompatibilidade manifesta entre o mecanismo de cooptação, enquanto forma de colmatar falhas ao nível da presença de determinada área técnica na equipa que constitui a CPCJ, e a função objeto do protocolo que os coloca em situação de dependência funcional da CPCJ.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

17

3. Não representa qualquer serviço ou entidade na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
4. Encontra-se na dependência hierárquica da sua entidade empregadora e na dependência funcional da CPCJ a que presta apoio técnico, representada pelo seu Presidente.

### **Cláusula 3ª**

#### **Atribuições do apoio técnico à CPCJ**

1. São atribuições do técnico de apoio à CPCJ as seguintes:
  - a) Atender informar os cidadãos que se dirigem à CPCJ;
  - b) Rececionar e analisar das sinalizações de crianças e jovens em eventual situação de perigo;
  - c) Proceder à avaliação e diagnóstico, em equipa interdisciplinar e interinstitucional, das situações sinalizadas;
  - d) Elaborar de pareceres, informações e relatórios de avaliação e diagnóstico e de acompanhamento da execução das medidas;
  - e) Praticar atos de execução e assegurar o acompanhamento e gestão dos planos de execução das medidas;
  - f) Participar nas atividades previstas no plano de ação da CPCJ.
2. O apoio técnico pode, ainda, assumir a coordenação de casos nos termos do estabelecido no artigo 82.º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
3. A sua intervenção está balizada pelos princípios orientadores estipulados na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, bem como pelo Regulamento Interno da CPCJ a que se encontra afeto.

### **Cláusula 4ª**

#### **Direitos do apoio técnico à CPCJ**

Constituem direitos do apoio técnico à atividade da CPCJ, designadamente:

- a) Ter acesso a todos os direitos e garantias no âmbito da legislação, normativos e regulamentos em vigor em matéria de recursos humanos na sua entidade empregadora;





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

7

- b) Beneficiar de formação técnica contínua de relevo para o exercício da sua atividade.
- c) Quando demandados por atos praticados no exercício das suas funções enquanto técnico de apoio à CPCJ, a sua entidade empregadora assegura os custos inerentes ao respetivo patrocínio judiciário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Deveres do apoio técnico à CPCJ**

Constituem deveres do apoio técnico à CPCJ, designadamente:

- a) Cumprir e fazer cumprir os normativos e regulamentos aplicáveis na entidade de origem relativos ao quadro legal vigente;
- b) Reportar, atempadamente e dentro dos prazos estipulados à sua entidade empregadora os registos de assiduidade e de férias no âmbito do exercício das suas funções na CPCJ;
- c) Transmitir à CPCJ informação de todos os atos praticados no desenvolvimento das tarefas cometidas e seus resultados;
- d) Participar na organização de reuniões, ações formativas e encontros organizados pela sua entidade empregadora para intercâmbio de experiências e qualificação da intervenção;
- e) Participar nas ações dinamizadas pela CPCJ junto da comunidade e de outras entidades com o objetivo de deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem e coloquem em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- f) Divulgar e colaborar no desenvolvimento e implementação de modelos/instrumentos de gestão e acompanhamento processual em vigor na Comissão;

#### **Cláusula 6ª**

##### **Autonomia e Responsabilidade do apoio técnico às CPCJ**

No exercício das funções deve o apoio técnico às CPCJ:

- a) Atuar com autonomia técnica e plena responsabilidade profissional.





COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município



- b) Manter o dever de lealdade e respeito na CPCJ, quanto a normas/orientações transmitidas e em vigor na mesma, bem como em tudo o que respeita a informações referentes à organização, métodos e disciplina do trabalho, defendendo e prosseguindo o interesse público subjacente à missão e objetivos da CPCJ.
- c) Respeitar o conjunto de normas, procedimentos e instrumentos em vigor na CPCJ, bem como todas as orientações e determinações concretas transmitidas pela CPCJ.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Dever de sigilo do apoio técnico à CPCJ**

O apoio técnico obriga-se a manter e a tratar como absolutamente confidencial toda a informação obtida no âmbito do exercício de funções, abstendo-se de qualquer uso, dessa informação, fora do contexto estrito das suas funções, quer em benefício próprio, quer de terceiro, independentemente dos fins visados.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Incompatibilidade do apoio técnico à CPCJ**

No exercício das funções de apoio técnico às CPCJ, o técnico:

1. Deve atuar com isenção e imparcialidade, sendo que em situações de suspeita dessa isenção ou retidão da sua conduta deve pedir escusa, i.e. dispensa de intervir em determinado processo ou ato processual, nos termos da legislação em vigor.
2. Não pode intervir em processo ou ato, nas situações estipuladas nos normativos legais vigentes e regulamentos aplicáveis à entidade de origem, nomeadamente no que concerne a incompatibilidades, impedimentos e escusa, sendo-lhe aplicado o regime previsto entre os artigos 69.º a 76.º do Código de Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações.
3. A comunicação de incompatibilidade, impedimento ou escusa deve ser dirigida ao presidente da CPCJ.



COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS



BRAGA  
Município

#### **Cláusula 9ª**

##### **Procedimento disciplinar**

A violação do disposto no presente documento dará origem a comunicação, por parte do presidente da CPCJ, à entidade empregadora do Apoio Técnico para efeitos disciplinares.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Legislação Subsidiária**

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente estatuto, aplica-se a legislação, normativos e regulamentos em vigor aplicáveis na matéria.